

Despacho de encaminhamento da CBEX ao Scbex/Adgecex

Processo nº 033.577/2018-8

D E S P A C H O

Autuado este processo de cobrança executiva, organizada a documentação a ser encaminhada ao órgão executor/entidade executora, encaminhem-se os autos ao Serviço de Cobrança Executiva/Adgecex para direcionamento ao Ministério Público junto ao Tribunal, para os fins previstos no artigo 81, inciso III, da Lei n.º 8.443, de 16 de julho de 1992.

ACÓRDÃO	DATA DE TRÂNSITO EM JULGADO	RESPONSÁVEL
Acórdão nº 3311/2010-TCU-Plenário, Sessão de 08/12/2010	09/02/2018	João da Silva Neto
Acórdão nº 2489/2013-TCU-Plenário, Sessão de 11/09/2013		
Acórdão nº 1355/2016-TCU-Plenário, Sessão de 25/05/2016		

Importante lembrar, que não consta nos autos o comprovante de endereço com base na entrega, há época, do ofício 1484/2011 de 06/05/2011, mas que o responsável por meio de seu advogado apresentou recurso de reconsideração contra o Acórdão 3311/2010-TCU-Plenário, ficando assim constatado a sua ciência da referida decisão.

Importante, lembrar também, que no subitem 1.7.1 do Acórdão 1355/2016 foi determinado que refizesse a comunicação do ofício 3700/2013, com isso, foi refêito os ofícios 1886/2017 e, posteriormente, o ofício 80/2018.

Informo, por oportuno, de acordo com a documentação constante deste processo, sobre a necessidade de lançamento dos registros pertinentes no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal (CADIN – Lei 10.522/2002), em relação à multa Administrativa aplicada (crédito da União), atribuição esta da Advocacia Geral da União (Procuradoria-Geral da União), considerando o disposto no art. 2º, da Decisão Normativa-TCU nº 126, de 10 de abril de 2013.

SecexTCE, 27 de novembro de 2018.

Assinado eletronicamente
WALDIR BRAGA LEITE
Matrícula 2446-5